

VAZIOS DEMOGRÁFICOS OU TERRITÓRIOS
INDÍGENAS?¹*Vânia Maria Losada Moreira*

A relação dos povos indígenas com a terra pode ser definida, do ponto de vista histórico, como essencial, fundamental, básica ou visceral. Eles viviam na terra e graças a ela. Os Krenak, por exemplo, povo do tronco Botocudo, demonstram esse laço essencial com a terra no nome que davam a si mesmos, isto é, Krenak, ou, em bom e claro português, “senhor da terra”.²

O movimento colonizador trouxe consigo pestes epidêmicas que dizimaram povos inteiros, gerou ainda a redução sucessiva dos territórios indígenas e, no limite, até mesmo a completa expulsão daqueles que conseguiram escapar das guerras, do cativeiro e das epidemias. Em alguns casos, a frente colonizadora alcançou territórios parcamente habitados ou até mesmo desabitados, porque, geralmente, antes dos colonos chegavam as doenças. Em muitos outros casos, ao contrário, a frente pioneira teve que conquistar, pela guerra, as terras então pertencentes aos índios. Aliás, esse foi o caso das do vale do rio Doce. A história da colonização dessa sub-região do território brasileiro, que entrou definitivamente na rota da expansão da sociedade luso-brasileira em 1800, exemplifica os percalços, problemas, contradições e

1 Este artigo é parte de uma pesquisa em nível de pós-doutorado, que contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 MATTOS, I. M. *Borum, Bugre, Kraí: constituição social da identidade e memória étnica Krenak*. 1996. 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

conflitos das relações entre a sociedade dominante em expansão e os índios no processo de desenvolvimento brasileiro.

Foram, no mínimo, cento e quarenta anos de história de contato e conflito nas regiões do rio Doce e adjacências, e somente em 1940 o “problema indígena” foi considerado superado naquelas regiões, então sob o controle do Estado do Espírito Santo. Entendeu-se, na ocasião, que o problema estava superado porque os vestígios da presença indígena naquele território haviam sido suprimidos.

Essa história de contato e conflitos ainda permanece basicamente desconhecida pelas novas gerações, que não viram com os próprios olhos os índios do rio Doce. A título de exemplo, recentemente foi publicado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo o relatório do cônsul Carlo Nagar sobre a colonização italiana no Espírito Santo. Escrito em 1895, o relatório consular é uma importante fonte para a pesquisa do processo de colonização e imigração, fato, aliás, ressaltado na apresentação escrita por Agostino Lazzaro. Contudo, na mesma apresentação podemos ler que “a imigração italiana, germânica e polonesa, entre outras, teve como objetivo primordial, no Espírito Santo, a colonização e o povoamento do grande *vazio demográfico* que era o seu território no século XIX ...”.³

Como um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de “vazios demográficos”. O caráter seminômade e arredio dos índios dos sertões, as freqüentes fugas para regiões menos acessíveis à onda colonizadora, a política indigenista oficial de concentração da população indígena em aldeias controladas pelo Estado e a crescente despovoação das matas contribuíram, em grande medida, para forjar a idéia de que partes do Brasil eram, ou até mesmo sempre foram sertões sem gente. A chegada, por exemplo, de trinta índios ao núcleo colonial de Santa Leopoldina em busca de comida, em 1876, causou grande espanto entre os italianos que começavam a colonizar partes do território do Espírito Santo. O espanto não era aleatório, pois os colonos “nunca tinham visto aborígenes”.⁴ Na lembrança das antigas gerações, contudo, a presença indígena

3 Cf. LAZZARO, A. Apresentação. In: NAGAR, C. *O estado do Espírito Santo e a imigração italiana*. Vitória, ES: Arquivo Público Estadual, 1995. p. 9. [grifo nosso].

4 DAEMON, B. C. *História e estatística da província do Espírito Santo*. Vitória: Tipographia Espírito-Santense, 1879. p. 432.

não é algo tão distante ou improvável. O depoimento de Silvino Falchetto é, sobre isso, exemplar: “Olha, essa terra foi de índio. Meu avô contava que ele chegô a conhecê um índio manso que andava por aqui [Lavrinha, ES]. Ele dizia que viajava prá longe prá levá fumo pros índio que tava nas matas bem longe.”⁵

É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo do século XIX como um enorme “vazio demográfico”, totalmente disponível à ação colonizadora oficial e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados “índios bravos” ou “tapuias”,⁶ representantes das tribos Puri, Coroado, Botocudo e outras, mas também os então denominados “índios mansos”, “domesticados” ou “civilizados”, isto é, aqueles pertencentes às tribos Tupiniquim e Temiminó que desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760) estavam semi-integrados à modesta vida social luso-brasileira.

Em 1828, já no regime imperial, a população da província foi calculada em 35 mil habitantes, dentre os quais 22.165 eram livres, porém não necessariamente de origem europeia, pois apenas 8.094 eram considerados brancos. O restante da população livre era composta por índios civilizados (5.778), mulatos (5.601) e negros (2.682). Os escravos representavam 37,3% da população e davam suporte a uma economia de caráter autárquico, cujos principais produtos de exportação eram a farinha de mandioca e o açúcar,⁷ enquanto os Tupiniquim e os Temiminó (índios civilizados) representavam 25% da população da província durante o primeiro quartel do século XIX. Os dados estatísticos sobre a população indígena dos sertões eram imprecisos. Mas fosse em direção ao norte, onde habitavam principalmente os Botocudo, ou fosse em direção ao sul, onde se localizavam os Puri, os Coroado e de maneira crescente os Botocudo deslocados de outras terras, a população

5 LAZZARO, A. et al. *Lembranças camponesas*. Vitória: [s.n.], 1992. p. 106.

6 Tapuias era o termo usado para classificar os índios inimigos, não Tupi e freqüentemente do grupo Gê. Não define, do ponto de vista etnográfico, nenhuma tribo específica. Importante notar, entretanto, que índios Puri e Botocudo foram desde o período colonial identificados como “tapuias”, isto é, inimigos. Sobre o sentido de tapuias, ver LOWIE, R. H. The Tapuias. In: STEWARD, J. H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Printing Office, 1946. v. 1, p. 553-557.

7 Cf. SALETO, N. Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1996. p. 27-28.

indígena independente no Espírito Santo era interpretada, em termos da época e no começo do século

XIX, como numerosa, pois “infestava” as terras, provocava “correrias” e ameaçava a sociedade local.

Para Silva Pontes, por exemplo, que assumiu a administração da capitania em 1800, a presença indígena era não apenas inequívoca, mas um verdadeiro problema ou um enorme transtorno. Definia a situação do Espírito Santo como precária, pois, “rodeado de gentio inimigo todo o perímetro da colônia, desde a barra do Rio Doce até a do Parayba do Sul, não se entranham os colonos para o centro do sertão...”. Preferia a população viver, ao contrário, “em contínuo litígio, mas nunca deliberando-se a ir formar estabelecimento, onde as matas estão sem dono, e a abundância abandonada ao corpo do gentio”.⁸ Nem Silva Pontes, nem qualquer outro administrador do século XIX e início do século XX ignoravam os índios e os desafios que a presença dos mesmos representava. Mas embora a presença do “gentio inimigo” fosse amplamente reconhecida, os primeiros cálculos sobre a densidade daquela população independente e refratária ao contato só começaram a aparecer na segunda metade do século XIX e referiam-se, basicamente, às tribos dos Botocudo situadas às margens dos rios ao norte da província.

O presidente Marcelino de Assis Tostes afirmou, em relatório de 1881, que se calculava a existência de 600 malocas apenas entre os rios Mutum e Pancas e que dificilmente todos poderiam ser reunidos em uma mesma aldeia devido às rixas existentes entre eles.⁹ Pouco antes, em 1872, uma estimativa mais precisa foi fornecida por um capuchinho que servia nas missões do rio Doce, tanto em Minas Gerais quanto no Espírito Santo. O missionário era Frei Bubbio, que estimou a existência de 1.500 índios de diferentes tribos, porém da mesma língua, no rio Doce e suas imediações.¹⁰ Em 1862, Tschudi calculou a população dos bandos Botocudo das imediações da região do rio Mucuri entre 2.800 e 3.000 índios e, na década de 1880, Ehrenreich

8 PONTES, A. P. S. Pré-memória do governador do Espírito Santo Antônio Pirez da Silva Pontes, em 25 de agosto de 1802. In: FUNDAÇÃO JONES DO SANTOS NEVES. *Documentos administrativos coloniais*. Vitória, 1978. v.2.

9 ESPÍRITO SANTO. Relatório Provincial, 1881, p. 42.

10 DEMONER, S. M. *A presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo do século XIX*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1983. p. 84.

estimou que entre as regiões dos rios Mucuri, Doce, Pancas, Guandu e Sassuhy existiram por volta de 5.000 índios.¹¹

A estimativa mais global sobre a população indígena da sub-região do rio Doce e adjacências durante o século XIX foi fornecida, portanto, por Ehrenreich, na década de 1880, pois considerou a população existente nos vales dos principais rios da região. No entanto, trata-se de uma estimativa tardia, isto é, realizada oitenta anos depois do efetivo início da colonização sub-regional, quando as epidemias, as guerras, as chacinas, a exploração do trabalho e a fome já tinham, em muito, reduzido a população aborígine. As estimativas para a população indígena existente naquela sub-região antes dos primeiros contatos com os europeus, isto é, anteriores a 1500 são, como em outras partes do País, sensivelmente maiores. John Hemming calculou, por exemplo, que no Espírito Santo e em Ilhéus existia uma população de 160.000 índios, entre os quais 12.000 Waitacá, 55.000 Tupiniquim, 10.000 Temiminó, 15.000 Papaná, 30.000 Aimorés ou Botocudo, 8.000 Purí e 30.000 Cariri, Guerem, Camuru. Para o conjunto do País, o mesmo autor estimou uma população de 2.431.000, em 1500.¹²

As estimativas populacionais antigas ou recentes e os relatos de época não deixam margens a dúvidas de que as florestas e os sertões do Espírito Santo podiam ser diversas coisas, exceto “vazios demográficos”. Mas, justiça seja feita, a convicção de que partes do Brasil, ou até mesmo o País como um todo, transformaram-se, depois dos três primeiros séculos de colonização, em um enorme vazio demográfico é bem mais antiga do que inicialmente podemos imaginar. A esse respeito, aliás, é emblemática a narrativa do pintor francês Biard, que veio ao Brasil em 1858, especialmente interessado em ver e conhecer os índios. Conforme ele mesmo narrou:

Muitas vezes indagara de franceses que já tinham estado no Brasil aonde se deveria ir para ver os índios e de nenhum recebera uma satisfatória resposta. Na opinião da maioria dessas pessoas, não existem mais índios; a raça desaparecera;

11 MÉTRAUX, A. The Botocudo. In: STEWARD, J. H. (Ed.). *Hand Book of South American Indians*. Washington: United States Government Printing Office, 1946. v. 1, p. 530-540.

12 Cf. *RED GOLD: the conquest of the Brazilian Indians (1500-1700)*. Massachusetts: Harvard University Press, 1978. p. 494.

*todavia, a meu ver, haveria ainda alguns e em alguma parte. Eu queria encontrá-los fosse como fosse. Negros eu já vira muito na África e até mesmo em Paris. Não me interessavam mais. Teimava era em conhecer os índios.*¹³

A crença de que a população americana havia desaparecido ou, na melhor das hipóteses, estava em vias de desaparecimento não era aleatória. A catástrofe demográfica ocorrida após os primeiros contatos entre europeus e ameríndios é um fenômeno aceito por todos os estudiosos do tema, embora variem enormemente as estimativas sobre a população nativa do continente anterior ao contato e ao início da colonização.¹⁴ O rápido e crescente processo de despovoação do continente também não passou despercebido entre os colonos, administradores, missionários, comerciantes e aventureiros que chegaram ao novo continente, como atestam diferentes relatos de época. Tudo isso, contudo, não é suficiente para explicar a precoce idéia de que os índios já haviam desaparecido do Brasil na metade do século XIX. Parte da convicção de que a população nativa desaparecera está também relacionada com a dinâmica da ideologia colonialista européia, que, via de regra, minimizou ou até mesmo desconsiderou a presença das populações nativas dos territórios de suas fronteiras coloniais. Com tal procedimento, vastas áreas da América, África e Ásia eram vistas, pelas elites européias, como regiões que estavam ou poderiam tornar-se disponíveis ao expansionismo econômico e populacional europeu, gerando com frequência visões distorcidas e ideológicas sobre tais regiões e suas populações.¹⁵

De forma semelhante, as elites locais dos estados nacionais que se formaram no continente americano também tenderam a reproduzir e atualizar a ideologia da existência de uma terra praticamente selvagem e vazia, completamente disponível à colonização, ao desenvolvimento econômico e à modernização.

13 BIARD, F. *Dois anos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. p. 57.

14 Sobre as diferentes estimativas populacionais do continente e, em particular, do Brasil, ver HEMMING, [199-], p. 189-190.

15 Mary Loise Pratt demonstrou com muita clareza, por exemplo, como o discurso produzido pelos viajantes naturalistas que percorreram a África e a América durante o século XVII criaram visões distorcidas e ideológicas sobre aquelas regiões, inclusive minimizando ou até mesmo apagando a presença das populações locais. Cf. PRATT, Mary Loise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. London: Routledge, 1992, passim.

Isso é particularmente visível em países como o Brasil e os Estados Unidos, ambos possuidores de territórios de dimensões continentais que progressivamente foram integrados à dinâmica dominante da economia e da sociedade em expansão. No Brasil, sobretudo depois da Lei de Terras, de 1850, existiu uma crescente tendência em ignorar e até mesmo em negar a presença indígena em muitas áreas do território nacional. A nova lei, a intensificação da imigração e o progressivo desenvolvimento da cultura do café tornaram mais acirradas as disputas por novas terras e condicionaram o desenvolvimento do nascente mercado fundiário. Para a maioria das elites locais era muito mais conveniente simplesmente ignorar a presença física de índios em áreas disputadas do território brasileiro, inclusive, disputadas por índios.

Não por acaso Manuela Carneiro da Cunha afirmou que a questão indígena, no século XIX, “deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras”.¹⁶ Em outras palavras, se nos três primeiros séculos de história do Brasil a questão dos povos indígenas esteve profundamente relacionada com o problema da recorrente carência de mão-de-obra, gerando forte pressão no sentido de escravizar os índios, a partir do século XIX o alvo tornou-se mais as suas terras do que o seu trabalho. Também não é por mero acaso que o conceito de “vazios demográficos” se tenha tornado especialmente corriqueiro no vocabulário político brasileiro entre os anos de 1940 e 1970. Foi justamente nesse período que a dinâmica do expansionismo brasileiro recobrou o fôlego, graças à realização de políticas de integração econômica do território nacional, como a Marcha para Oeste, de Getúlio Vargas, a construção de Brasília e do cruzeiro rodoviário, de Juscelino Kubitschek, e a política de ocupação da Amazônia, da gestão militar. Todas as três políticas setoriais foram amplamente justificadas como medidas que visavam ao povoamento, à colonização e ao desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Centro-Oeste, então consideradas “os imensos vazios demográficos” do País.

16 CUNHA, M. C. Política indigenista no século XIX. In: _____. (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133.

“Vazio demográfico” é, portanto, um *cliché* produzido pelo Estado e por parcelas da sociedade brasileira, com profundas raízes na história nacional do século XX. Na maior partes das vezes, indica senão a completa ausência de traços humanos em dado território, pelo menos a existência de uma densidade demográfica muito baixa. Na boca dos políticos, a noção de “vazios demográficos” foi mais longe, pois, via de regra, serviu para justificar medidas ou políticas para incrementar o nível de povoamento. A idéia de “vazio demográfico” possui, ademais, uma correlata na historiografia norte-americana. As novas terras progressivamente incorporadas à dinâmica da sociedade dominante norte-americana foram freqüentemente qualificadas por Frederick Jackson Turner, por exemplo, de “wilderness”,¹⁷ um conceito que indica lugares selvagens, desabitados ou, no máximo, muito eventualmente pisados por gente. Turner não desconhecia, obviamente, a existência de comunidades indígenas anteriores à chegada dos imigrantes europeus. Mas para ele os índios eram, como afirmou Margareth Walsh, lugares selvagens, desabitados ou, no máximo, muito eventualmente pisados por gente. Turner não desconhecia, obviamente, a existência de comunidades indígenas anteriores à chegada dos imigrantes europeus. Mas para ele os índios eram, como afirmou Margareth Walsh, parte integrante de seu conceito de “wilderness”.¹⁸ Isso, contudo, em nada atenua o fato básico de que em suas considerações a presença indígena é ignorada ou, na melhor das hipóteses, desqualificada, pois igualada aos demais elementos constitutivos do “mundo selvagem e natural”, como as árvores, os animais, os insetos, os rios, as cachoeiras, os precipícios, as plantas, entre outros. Tanto quanto a idéia de “vazios demográficos”, “wilderness” tem o poder imagético de transformar a colonização em um processo absolutamente “respeitável”, justamente por encobrir a questão indígena subjacente ao processo de expansão e colonização.

17 TURNER, Frederick Jackson. *The significance of frontier in american history and other essays*. New York: Henry Holt and company, 1994, passim.

18 Comentando a idéia de Turner, escreveu Margareth Walsh: “They [the Indians] were at the lowest stage of societal evolution and would be eliminated by or become subservient to the superior Anglo-American civilization and technology. Economic historians have generally followed Turner’s example by paying little attention to aboriginal occupancy...”. Cf. WALSH, Margareth. *The American frontier revisited*. New Jersey: Humanities Press, 1981. p. 25.